

Medidas de Proteção aplicadas pelo Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar tem o dever de tomar providências, em nome da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, para que cessem a ameaça ou violação de direitos da criança e do adolescente, sendo assim, tem poderes para aplicar sete tipos de medidas:

1. Encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade.

Quando os pais ou o responsável (tutor, guardião, dirigente de entidade de abrigo) deixam de cumprir os deveres de assistir, criar e educar podem ser comunicados (notificados) pelo Conselho Tutelar de que devem comparecer à sua sede, onde tomam conhecimento oficial da ameaça ou violação que atingem a criança ou o adolescente e assinam termo de responsabilidade através do qual se comprometem a doravante zelarem pelo cumprimento de seus deveres no caso.

2. Orientação, apoio e acompanhamento temporários.

A criança e o adolescente, nos casos em que o exercício por si só do dever de criar, educar e assistir pelos pais ou responsável for insuficiente. Havendo necessidade dessa medida, o Conselho Tutelar convoca os pais, explica-lhes essa necessidade e encaminha a criança ou o adolescente à agência de assistência social local encarregada de executar programa relativo à medida aplicada. Deixando de haver esse tipo de programa, o Conselho Tutelar comunica ao responsável pela política local de assistência social e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que essa não-oferta de serviço público obrigatório ameaça e viola direito, devendo tal serviço ser criado com urgência, sob pena de ação judicial, previstas nos artigos 208 e seguintes do Estatuto. Deve ser deixado claro ao citado responsável pela política irregular, que o Conselho Tutelar, sendo servidor público, deve cumprir com o que dispõe o art. 220 do Estatuto: Qualquer pessoa poderá e o servidor público deverá provocar a Iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre fatos que constituam objeto de ação civil, Inducindo-lhe os elementos de convicção. Assim, deixando de serem tomadas às providências para sua criação, deve o Conselho Tutelar informar ao Promotor da Infância e da Juventude local da inexistência da pro-



grama e da resistência em criá-lo, para que promova as ações civis devida, pedindo decisão liminar do magistrado e, nos termos do art. 213 do Estatuto, a imposição de multa diária ao réu até que a providência seja tomada em valor igual ao pagamento de serviço equivalente em entidade privada.

3. Matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental.

O dever de criar, assistir e educar implica o dever de matricular o filho na escola e controlar-lhe a frequência. O art. 246, do Código Penal, expressa que deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar é crime. Deixando, pois os pais ou responsável de fazê-lo, e tendo o Conselho Tutelar disso tomado conhecimento, cabe-lhe aplicar a medida, orientando a família e a escola para o devido acompanhamento do caso. Mas não são apenas os pais e responsável que devem zelar para que a frequência escolar seja respeitada. Esse dever é também do dirigente de estabelecimento de ensino fundamental (art. 56 ECA), que deve comunicar ao Conselho Tutelar os casos de maus-tratos envolvendo seus alunos; a repetição de faltas injustificadas

e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares, e os elevados níveis de repetência. Vemos aí que o Conselho Tutelar, ao receber essas comunicações, deve providenciar junto à política local de assistência social (arts. 203 e 204 da C.F.) para que se verifique o que ocorre no âmbito familiar, de forma a se tomarem medidas para o cumprimento do que dispõe o art. 229 da Constituição Federal.

4. Inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente.

Em muitos casos os pais querem, mas não podem, não têm condições, não têm recursos para bem exercer os deveres do pátrio poder. Já vimos que é dever do Município contar com política de assistência social cuja primeira linha de atuação é a proteção à família, à maternidade, à Infância, à adolescência e à velhice. Nesse caso, o Conselho Tutelar aplica a medida de "inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio", encaminhando a família à agência de assistência social, que a executa, para os devidos fins. Na ausência de programa desse tipo, o Conselho Tutelar comunica ao responsável pela política local de assistência social e ao Conselho Municipal dos Di-

reitos da Criança e do Adolescente que essa não-oferta de serviço público obrigatório ameaça e violam direitos, devendo, portanto ser urgentemente corrigida, sob as penas da ação judicial cabível nos termos do artigo 208 e seguinte do Estatuto, com especial observância do art. 213.

5. Requisição de tratamento médico psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.

A solução do caso levado à apreciação do Conselho Tutelar muitas vezes só se resolve com tratamento especializado. Em muitos desses casos, a família procura a agência pública cujos serviços devem suprir tais necessidades, mas não é atendida, é mal atendida ou maltratada. Cabe ao Conselho Tutelar entender-se com o serviço público correspondente e chamar-lhe a atenção para a prioridade de que gozam crianças e adolescentes, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 4º do Estatuto: a garantia de prioridade (à criança e ao adolescente) compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação

privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à Infância e à juventude. Verificada a hipótese da não-oferta ou da oferta irregular do serviço público devido nesses termos, cabe ao Conselho Tutelar chamar a atenção para o fato do seu responsável, seja informalmente, por telefone ou em contacto pessoal, seja formalmente, através de notificação para que seja providenciada a correção do desvio entre a realidade e a norma prevista no Estatuto. Deva o Conselho alertar também que a persistência nesse desvio implica ação judicial promovida nos termos do art. 208 e seguinte do Estatuto, valendo aqui as observações feitas no comentário à medida de proteção nº 2.

6. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Estamos tratando aqui de um dos grandes males da época em que vivemos: a submissão da juventude ao império do tráfico, da criminalidade, de sua exploração por indivíduos inescrupulosos e quadrilhas. Em torno dessa matéria, deve o Conselho Tutelar considerar o fato concreto representado pela escalada que parte do uso de substâncias em si mesmas inocentes: xaropes, cola de sapateiro, thinner, etc., e vai progressivamente galgando os níveis de dependência e perigo, até as raíais da destruição da pessoa. Observar, de passagem, o que dispõe o artigo 81, inciso III do Estatuto: É proibida a venda à criança e ao adolescente de produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida. Para se aquilatar da gravidade com que a questão é tratada nessa legislação, lembrar sempre que é crime (art. 243 ECA): Vender, fornecer ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida. Assim sendo, deve o Conselho Tutelar aplicar esta medida para preve-

nir que a escalada ocorra (nunca se esquecer dos "meninos de rua" cheiradores de cola) ou tratar os casos já instalados, seguindo a letra e o espírito da lei. Com a maior ênfase, empenho e determinação, a existência desse programa é absolutamente obrigatória, não se aceitando a hipótese de sua não-oferta ou oferta irregular. O Conselho Tutelar age como nas situações anteriores, devendo, como nunca, cumprir com as obrigações que lhe são impostas pelo artigo 220 do Estatuto.

7. Abrigo em entidade.

É a última das formas previstas pelo Estatuto para que em nenhum Município brasileiro se aceite que crianças e adolescentes fiquem sem um responsável que os assista, crie e eduque, conforme determina o artigo 229 da Constituição Federal. Não há, na lei brasileira, hipótese alguma em que seja admitida a presença de crianças e adolescentes perambulando pelas ruas, dormindo ao relento, cheirando cola, mendigando ou explorados por adultos sem um responsável que os assista, crie e eduque. Assim, portanto, sempre que essas circunstâncias ocorrerem, e constatada a impossibilidade de assistência na própria família ou em família substituta, deve o Conselho Tutelar aplicar a medida de abrigo, dando imediato conhecimento ao Juiz da Infância e da Juventude para as providências cabíveis. A providência cabível, por parte do Juiz, é decidir se o afastamento da criança e/ou adolescente da família nesse caso é justo e se, realmente, o dever de assistir, criar e educar (previsto no art. 229 da Constituição Federal) deve ser confiado àquele abrigo, porquanto, se assim o for, o responsável pela entidade que executa o programa de abrigo, nos termos do Estatuto (parágrafo único, art. 92) passa a se equiparar ao guardião daquela criança ou adolescente. A não-oferta ou a oferta irregular do serviço de abrigo no Município dá ensejo, junto à política de assistência social, às providências referidas nos tópicos anteriores.

Erva Magia

Manipulação e Homeopatia
Carmem Maria Paes Abrahão
Lilian Pereira Franco
Farmacêuticas

Telfax.: (35) 3283-1564

Rua Prefeito Isaias de Carvalho, 90 Centro
Poço Fundo - MG



Fisioterapia e Reabilitação

Fisioterapia em Geral - Drenagem Linfática



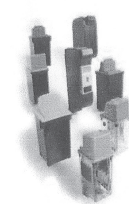
Dra. Yonára M. Vasconcelos
Crefito: 4/nº 58169 F

Fone: 3295-1808 Cons./ 3295-2134 Res.
8829-9101 Cel.
Av. Santa Cruz, 30 Sala 01 - Machado - MG

Jet Print

CARTUCHOS E TONERS

AGORA EM
NOVO ENDEREÇO



COBRIMOS QUALQUER OFERTA
EM CARTUCHOS E RECARGAS!!!

CARTUCHOS EPSON
A PREÇO DE CUSTO!

MACHADO SHOPPING SALA 32 - 2º PISO
MACHADO-MG

PLANTÃO
8804-7350